



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,**

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**INCLUSÃO QUALITATIVA ATRAVÉS DE ACESSIBILIDADE  
PEDAGÓGICA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS**

**MARCELA ALVES MARTINS**

**ORIENTADORA: PROF. DRA. MÍRIAN BARBOSA TAVARES RAPOSO**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**MARCELA ALVES MARTINS**

## **INCLUSÃO QUALITATIVA ATRAVÉS DE ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: PROF. DRA. Mírian Barbosa Raposo Tavares.

BRASÍLIA/2015

**TERMO DE APROVAÇÃO**

MARCELA ALVES MARTINS

**INCLUSÃO QUALITATIVA ATRAVÉS DE ACESSIBILIDADE  
PEDAGÓGICA NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

ORIENTADORA: PROF. DRA. MÍRIAN BARBOSA RAPOSO TAVARES

---

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

---

MARCELA ALVES MARTINS

BRASÍLIA/2015

## **DEDICATÓRIA**

À professora orientadora do curso, pelo convívio, apoio, compreensão. Agradeço também ao meu esposo, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por permitir a minha saúde e coragem para ultrapassar todas as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que possibilitaram a oferta de uma especialização de qualidade, confiança e ética, sempre evidentes.

A minha orientadora, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

*« É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.»*

*Santos - (apud MANTOAN,2003,p.34)*

## RESUMO

Esse estudo teve por objetivo compreender de que forma a acessibilidade pedagógica vem se desenvolvendo nas práticas educacionais, de maneira que possa contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência, favorecendo o seu desenvolvimento e aprendizagem. Foi aplicado um questionário com professores do ensino fundamental da rede Municipal da Cidade de Barretos - SP. A análise foi realizada com base nos conceitos apresentados pela fundamentação teórica com gráficos comparativos e transcrição na íntegra das respostas dos questionários. Os resultados demonstram que os professores abordam, sobremaneira, a necessidade de formações capazes de orientá-los sobre os recursos de acessibilidade a serem utilizados em suas práticas pedagógicas para alunos com deficiência. Em suas contribuições verifica-se a dificuldade em compreender a importância de práticas pedagógicas acessíveis para a inclusão qualitativa dos alunos com deficiência, bem como a conceituação adequada da perspectiva inclusiva. Faz-se necessário intensificar a interlocução entre especialistas e professores da sala regular, para um planejamento educativo inclusivo com acessibilidade pedagógica nas práticas educativas.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Recursos de Acessibilidade; Prática Educativa.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>7</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1.2 DEFICIÊNCIA X NEE .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 ACESSIBILIDADE .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2.1 ACESSIBILIDADE FÍSICA .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2.1.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ACESSÍVEIS .....</b>	<b>18</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>19</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 CONTEXTO DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
<b>3.2 PARTICIPANTES .....</b>	<b>21</b>
<b>3.3 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>DAS INFORMAÇÕES .....</b>	
<b>3.4 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>22</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA .....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário .....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO A – Carta de Apresentação – Escola .....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO B – Aceite Institucional .....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor .....</b>	<b>40</b>



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formação Acadêmica dos Professores.....	23
Gráfico 2: Tempo de Serviço no Magistério.....	23
Gráfico 3: Especialização em Educação Especial/Inclusiva.....	24
Gráfico 4: Concepção de Educação Inclusiva e Definição de Acessibilidade....	24
Gráfico 5: Práticas Pedagógicas Inclusivas, Projeto Político Pedagógico e Ferramentas de Planejamento e Avaliação na Perspectiva Inclusiva.....	26
Gráfico 6: Experiência com alunos com deficiência e Utilização de Recursos de Acessibilidade Pedagógica.....	28
Gráfico 7: Demonstra os tipos de recursos utilizados pelas profissionais e o nível de satisfação na aplicabilidade desses recursos.....	30

## APRESENTAÇÃO

Percebo que há, nos dias atuais, uma necessidade urgente de superação dos obstáculos para a implementação da inclusão escolar de alunos com deficiência.

Entre os vários desafios para isso, não é difícil nos depararmos com a dúvida: há acessibilidade nas práticas pedagógicas? De que forma?

Compreender acessibilidade pedagógica nas práticas educacionais poderá dar subsídios para a elaboração de materiais específicos que podem contribuir para a aprendizagem de crianças com deficiência. Afinal, práticas escolares inclusivas permitem ações emancipadoras e contribui com a escola na promoção do desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

A acessibilidade pedagógica é um dos principais caminhos para o êxito das propostas educacionais inclusivas, tendo em vista que promover a inclusão é manter o aluno com deficiência na escola, com pleno desenvolvimento de suas habilidades, proporcionando possibilidades de aprender em um ambiente verdadeiramente inclusivo, que promova metacognição e que, permita maior compreensão de ações suscetíveis a reabilitar cognitivamente estes alunos. (Mantoan, 2006, p. 6).

Essa pesquisa se propôs a realizar um levantamento da acessibilidade pedagógica, bem como definir quais propostas favorecem os alunos e são compatíveis com esse grande desafio.

Afinal, falar em acessibilidade pedagógica envolve a necessidade de revisão dos papéis, inclusive da avaliação, que supera o caráter classificatório, em direção à construção de diagnósticos contínuos e qualitativos. Também envolve a utilização de didáticas multissensoriais, inclusive com propostas lúdicas, de forma que possam promover ganhos na aprendizagem ao trabalhar com flexibilização de estratégias e metas cognitivas. Esses instrumentos normatizadores poderão favorecer a autonomia dos alunos, respeitando a maturidade e especificidade de cada um. (Schmidt, 2000, p. 84).

O estudo justifica-se, pois muitas são as contribuições a cerca do tema "inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar", contudo, verifica-se a necessidade de incluir nessas discussões os recursos de Tecnologia Assistiva e a funcionalidade dos mesmos. Tais debates poderão contribuir com a família, a unidade escolar e, até mesmo, o próprio aluno com deficiência, pois possibilita que ausentem-se da promíscua do desconhecimento de seus direitos e deveres no âmbito do assunto descrito. (Bersch, 2007, p. 31).

Assegurar o direito a esses cidadãos poderá contribuir com o comprometimento da escolarização do aluno com deficiência e superar alguns pretextos de apenas "socializar" estes alunos, em caráter "assistencialista". Afinal, permitir a inclusão é algo bem mais amplo, que

respeita as especificidades de cada um e permite seu pleno desenvolvimento. (Mantoan, 2006, p. 24).

Compreender a acessibilidade pedagógica nas práticas educativas, o que inclui a implementação dos recursos, é um passo fundamental na estruturação da inclusão do aluno com deficiência, pois o professor passa a ser o mediador do processo e ao aluno é dada as condições necessárias para a sua edificação cognitiva e superação de barreiras que poderiam obstruir o processo.

Sendo assim, esse estudo teve por objetivo compreender de que forma a acessibilidade pedagógica vem se desenvolvendo nas práticas educacionais, de maneira que possa contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência, favorecendo o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Foi nossa intenção específica identificar que práticas pedagógicas acessíveis tem se desenvolvido em um contexto escolar específico e de que forma elas têm se refletido na inclusão dos alunos com deficiência.

A abordagem teórica e investigativa desta pesquisa foi pautada em questionamentos que delinearam o aprofundamento teórico-metodológico frente ao tema. São eles:

- Há necessidade de ações que promovam a acessibilidade pedagógica nas práticas educacionais?
- Há necessidade de acessibilidade nas práticas educacionais que vão além do aspecto arquitetônico?
- Há recursos que promovem esta acessibilidade nas práticas pedagógicas?
- Há resultados na aplicabilidade destes recursos de acessibilidade nas práticas pedagógicas?

Para responder tais indagações foram estruturados tópicos investigativos sobre temas recorrentes ao assunto, assim seguimos com a fundamentação teórica para dar embasamento às reflexões supracitadas.

## **1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O período atual passa pelo estabelecimento de novas bases teóricas, onde fica suscitada a mudança de paradigmas, o que estabelece crises de concepções e verdadeiras revoluções científicas. Estamos descortinando as diferenças culturais, religiosas, étnicas, sociais e de gênero para melhor compreender o mundo ao nosso redor e concomitantemente a nós mesmos. Diante deste cenário, antigos fundamentos sobre os quais os conhecimentos e as ciências se convencionavam, passam a ser reinterpretados.

No âmbito escolar a implementação da "inclusão" encarrega-se de ser a condição imprescindível para repensarmos em como aprendemos, como ensinamos e como compreendemos o mundo ao nosso redor. Contudo é necessário mais do que análise a legislação brasileira que garante a Educação Inclusiva, o levantamento bibliográfico ao tema é indispensável. É intrínseca a necessidade de aprofundar mais em tais questões para superarmos as barreiras presentes. Precisamos aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar.

### **1.1 – EDUCAÇÃO E INCLUSÃO**

De acordo com Machado (2006), a educação escolar atual, como sabemos, foi alicerçada em raízes de modelos cartesianos/positivistas, o que permitiu fortes influências nas práticas pedagógicas, com ênfase ao conhecimento científico.

Diante desta concepção, a educação assume aspectos classificatórios para avaliar os alunos por níveis de desenvolvimento e assimilação destes conteúdos acadêmicos. Neste paradigma de modelo educacional, contempla-se apenas o aspecto cognitivo, não atribuindo relevância a subjetividade e a multidimensionalidade humana.

Assim, surgem na atualidade, dentro da esfera educacional, movimentos que discordam desta educação dominante, e apoiam-se em outras maneiras de se pensar em educação escolar, desde a reestruturação do processo de ensino-aprendizagem até os aspectos avaliativos. Podemos classificar a inclusão como um desses novos movimentos.

Machado (2006) entende que a Inclusão Escolar é uma perspectiva de inovação educacional. Segundo ela:

A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas. Ela não está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com e sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aulas do ensino regular,

motivando um profundo redimensionamento nos processos de ensino e de aprendizagem. (p.16)

Revela ainda que as lutas a favor de movimentos de inclusão escolar são de cunho Mundial, aonde os países que estigmatizam atos de segregação e exclusão, na medida em que defendem os direitos de todos à educação.

Para Machado (2006):

A inclusão denuncia o esgotamento das práticas das salas de aula comuns, com base no modelo transmissivo do conhecimento, na espera pelo aluno ideal, na padronização dos resultados esperados pela avaliação classificatória, no currículo organizado de forma disciplinar e universal, na repetência, na evasão, nas turmas organizadas por série, enfim, em tantos outros elementos que compõem o universo das práticas escolares. (p. 42 e 43)

Portanto, compreende-se que as concepções de aprendizagem, assim como as de ensino devem transpor antigas convicções. É necessário crer que todo aluno é capaz de aprender, mas em tempos distintos, por etapas diferentes e inerentes a cada um.

O professor deste novo paradigma educacional deverá ser democrático, aceitando a diversidade e valorizando os interesses, necessidades e escolhas de todos os alunos, promovendo aprendizagens significativas. (Machado, 2006, p. 42).

### **1.1.2 – DEFICIÊNCIA X NEE**

Ao transcorrer da história da humanidade, muitos foram às abordagens negativas relativas às pessoas com deficiência, caracterizando-as não por suas habilidades e potencialidades, mas por suas limitações e impedimentos. (Moura, 2006, p. 32).

Mas, diante da evolução da concepção de desenvolvimento humano esses conceitos estão sendo gradativamente modificados. Na perspectiva inclusiva qualitativa, não se pode colocar em dúvida as possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem mesmo pressupor o quão os alunos poderão aprender. Dessa forma, a deficiência de um aluno exigirá que o professor lhe proporcione melhores práticas pedagógicas, o que pode não caracterizar a inserção de currículos adaptados, que podem discriminar e não considerar suas possibilidades de entendimento.

Caberá ao professor compreender seu aluno como um ser em constante evolução, com liberdade para se desenvolver e construir conhecimento, seja qual for sua capacidade em assimilação. Rancière (2002, p. 31) afirma: “Há embrutecimento quando uma inteligência é subordinada a outra inteligência”.

Assim a ideia de homogeneidade não se enquadra. O professor deve abdicar de práticas de ensino transmissivas.

É neste aspecto que adentram nas unidades escolares as Necessidades Educacionais Especiais (NEE), aplicadas não necessariamente à alunos com deficiência, mas a todos que estejam apresentando necessidades temporárias ou permanentes.

A terminologia passou a ser discutida e tornou-se evidente principalmente após a Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, em 1994, dando origem a "Declaração de Salamanca" que caracteriza aspectos inovadores promovendo muitos avanços nos sistemas educacionais.

De acordo com a Declaração:

...durante os últimos 15 ou 20 anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. [...] Desta maneira, o conceito de "necessidades educacionais especiais" passará a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja. (p. 15)

Com a Declaração de Salamanca, ficou cravada uma nova concepção abrangente a terminologia NEE, unificando o ensino regular e o especial a um só, garantindo um sistema unificado e capaz de incluir a todos.

O advento da inclusão permite, então, avanços à multiplicidade e à complexidade humana, dentro e fora dos muros da escola.

## **1.2 – ACESSIBILIDADE**

A Lei Nº 10.098/2000, em seu artigo 1º estabelece normas e critérios para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em suma:

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (BRASIL. Lei nº 10.098, 2000, art. 1)

De tal modo, a lei prevê a eliminação de barreiras e obstáculos, sejam por impedirem ou limitarem o acesso e a locomoção. Estas barreiras podem estar em estruturas arquitetônicas, meios de transporte ou comunicação.

Porém, a acessibilidade ao qual a pesquisa se retrata, não se restringe apenas à esta denominação. A acessibilidade abordada é bem mais ampla.

No contexto escolar, reconhecemos que para um processo de ensino aprendizagem qualitativo, vamos muito além de simples prédios acessíveis, de interpretes de Libras ou transcrições em Braille, mesmo que estes sejam peças importantes do processo.

Para que a aprendizagem se estabeleça, é necessário oferecer subsídios ainda mais expressivos, promovendo a acessibilidade. Para Mantoan (2004), essa diferenciação deve ser feita toda vez em que for benéfico à pessoa com deficiência:

De acordo com o princípio da não discriminação, trazido pela Convenção da Guatemala, espera-se que na adoção da máxima "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais" admitam-se as diferenciações com base na deficiência apenas com o propósito de permitir o acesso ao direito e não para negar o exercício dele. (p. 5)

Assim abordaremos especificamente a acessibilidade física, a acessibilidade pedagógica e as práticas pedagógicas acessíveis distintamente nos demais tópicos.

### **1.2.1 ACESSIBILIDADE FÍSICA**

Há necessidade de acessibilidade nas práticas educacionais que vão além do aspecto arquitetônico?

Primeiramente nos deparamos com o Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, que conceitua:

Art. 3...: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se: I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4...: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Arelado aos conceitos dessa definição está o documento “Salas de Recursos Multifuncionais. Espaço do Atendimento Educacional Especializado” publicado pelo Ministério da Educação afirmando que:

A deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. (BRASIL, 2006, p. 28)

Entende-se então, que a inclusão da pessoa com deficiência física envolve aspectos além dos relacionados com a sua mobilidade e locomoção. É necessário saberes distintos a práticas pedagógicas diversificadas para a estimulação adequada diante de um estudo minucioso caso a caso.

Promover acessibilidade física permitirá o reconhecimento das reais potencialidades do aluno, sem estigmatizá-lo pelo prejuízo em outros aspectos, como por exemplo, na comunicação. Somente se o professor obtiver o conhecimento de estratégias acessíveis, será possível que tal ação se estabeleça entre o ensino e a aprendizagem. A "rampa" neste sentido não será a arquitetônica, mas a que aborde diferentes estratégias para que as sinapses ocorram, através dos recursos elétricos emitidos ao sistema nervoso central.

O professor assim será extremamente importante para a escolarização do aluno com deficiência, positivamente ou negativamente, conforme o trecho:

[...] é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida. (BRASIL, 2006, p. 29)

### **1.2.1.2 ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA**

Há necessidade de ações que promovam acessibilidade pedagógica nas práticas educacionais?

Ao pesquisar sobre a necessidade de acessibilidade nas práticas pedagógicas para a inclusão dos deficientes e seu pleno desenvolvimento no contexto escolar, nos deparamos com muitos autores que discutem deficiência, acessibilidade e práticas pedagógicas acessíveis.

Moraes (2003), por exemplo, retrata a necessidade da mudança do contexto escolar, principalmente pelo fato de inserir o aluno como co-autor deste processo e sendo assim afirma:

Acreditamos que as coisas não mudam na escola, principalmente, pelas dificuldades enfrentadas por todos aqueles que nela exercem as suas atividades profissionais ao tentarem se adaptar a uma nova cultura de trabalho, que, por sua vez, requer uma profunda revisão na maneira de ensinar e aprender. Embora quase todos percebam que o mundo ao redor está se transformando de forma bastante acelerada, a educação continua apresentando resultados cada vez mais preocupantes em todo



mundo e a grande maioria dos professores ainda continua privilegiando a velha maneira como foram ensinados, reforçando o velho ensino, afastando o aprendiz do processo de construção do conhecimento, conservando um modelo de sociedade que produz seres incompetentes, incapazes de criar, pensar, construir e reconstruir conhecimento. (p.16)

Mantoan (2006), na mesma direção, defende uma ressignificação do ensino e de tudo o que engloba seu contexto, alertando para a realidade atual da inclusão com alertas a estas ausências:

As distorções conceituais não são poucas também e constituem barreiras ao entendimento do que a inclusão representa, no sentido de uma ressignificação do ensino, da aprendizagem, da formação de professores, dos processos avaliativos, do mérito escolar, das promoções, das categorizações e seriações acadêmicas, dos currículos... Portanto, há muito a fazer, no sentido de que a inclusão escolar possa ser entendida e posta em ação nos sistemas de ensino público governamental e privado. O tempo passa e não podemos continuar perpetuando as injustiças cometidas pela educação formal, ao definir o aluno ideal e ao discriminar os demais, por não se encaixarem nesse modelo. (p.4)

Assim, revela que as práticas pedagógicas refletem esta ideia, talvez porque a sociedade ainda esta enraizada a preconceitos e assim resistem a este novo paradigma educacional.

Mantoan (2006), considera que:

Resistimos à inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos, por motivos muitas vezes banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógica escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de deficiência arbitrariamente definida. (p.47)

Contudo atualmente vivenciamos estas mudanças e a necessidade de implementar tais recursos. Podemos considerar o fato de que o cenário atual da educação recebeu contribuições importantes nos últimos anos, como a inserção da neurociência que apresenta comprovações regularmente do que a penúria do processo de ensino aprendizagem pode acarretar em não desenvolver neuroplasticidade cerebral, assim como a devassidão de conceitos já antes descobertos como a teoria das Inteligências Múltiplas, do psicólogo Howard Gardner, que descreve a grande variedade de habilidades cognitivas humanas.

Bersch e Machado (2007) defendem que:

O estudo da plasticidade neural vem nos demonstrar que o ser humano é ilimitado e que, apesar das condições genéticas ou neurológicas, o ambiente tem forte intervenção nesses fatores. Quanto mais o meio promove situações desafiadoras ao indivíduo, mais ele vai responder a esses desafios e desenvolver habilidades perdidas ou que nunca foram desenvolvidas. Se propusermos situações de acordo com a limitação da criança, ela não encontrará motivos para se sentir desafiada. Uma criança com atraso no desenvolvimento motor, ou com uma paralisia cerebral, quando incluída em ambiente escolar inclusivo, tem inúmeras razões para se sentir provocada a desenvolver habilidades que não desenvolveria em um ambiente segregado. (p. 18)

Deflagrou-se então um processo urgente irreversível rumo a Educação Inclusiva

atrelada a novas descobertas da neurociência.

Diante do exposto, o trabalho torna-se relevante, sobretudo por levantar reflexões a cerca da eficiência na utilização de didáticas multissensoriais, inclusive com propostas lúdicas, promovendo ganhos na aprendizagem, trabalhando com flexibilização, estratégias e metas cognitivas buscando a autonomia dos alunos com instrumentos normatizadores, respeitando a maturidade e especificidade de cada um.

Tais autores comprovam que a promíscua conotação da educação não está abrangendo o direito de todos terem acesso a processos educativos emancipadores na construção de seus saberes, principalmente na questão da educação inclusiva.

### **1.3 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ACESSÍVEIS**

Há recursos que promovem esta acessibilidade nas práticas pedagógicas? Mas, quais seriam os recursos ideais para promoverem a acessibilidade destes alunos?

Consideramos que o professor é o primeiro recurso para transpor muitos destes desafios. A interlocução entre os profissionais envolvidos no processo permite estruturar melhor os planos de atendimento a esses alunos, assim como a utilização de outros recursos ideais à suas necessidades:

[...] as ajudas técnicas e a Tecnologia Assistiva constituem um campo de ação da educação especial que têm por finalidade atender o que é específico dos alunos com necessidades educacionais especiais, buscando recursos e estratégias que favoreçam seu processo de aprendizagem, habilitando-os funcionalmente na realização das tarefas escolares (MEC, 2006, p. 31 e 32).

De acordo com Bersch (2007), a Tecnologia Assistiva (TA) torna-se uma ferramenta fundamental para atender as necessidades dos alunos com deficiência:

A Tecnologia Assistiva, na perspectiva de inclusão escolar, não deve se voltar unicamente a promover uma habilidade no aluno, fazendo com que ele realize tarefas como as de seus colegas. A TA na educação será o meio pelo qual esse aluno possa fazer do seu jeito e assim ele se tornará protagonista de sua história, ativo no seu processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimentos. (p. 53)

Dentre as principais formas de TA podemos citar:

- Auxílios para a vida diária e vida prática – materiais pedagógicos e escolares especiais.
- Comunicação aumentativa e alternativa.
- Recursos de acessibilidade ao computador.
- Adequação postural (mobiliário e posicionamento) e mobilidade.
- Recursos para cegos ou pessoas com visão subnormal.
- Recursos para surdos ou pessoas com déficits auditivos.

- Projetos arquitetônicos para acessibilidade.
- Adaptações em veículos escolares para acessibilidade.

Segundo Bersch (2007), há, também, outras TAs, construídas especificamente para o contexto escolar, como: engrossadores de lápis, caneta e pincéis; adaptações para virar as páginas dos livros; móveis adequados aos alunos; pranchas de comunicação alternativa; materiais com ampliação ou com diferentes relevos; impressão em Braille; diferentes tipos de lupas; máquina de Braille; teclados e mouses adaptados; acionadores; softwares; etc. Além dessas, encontram-se instalação de adaptações arquitetônicas que envolvem rampas, elevadores, sinalizações visuais e em Braille, alargamento de portas, entre outras.

A Cartilha publicada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2004) ressalta a importância da inserção dessas novas estratégias, não apenas para os alunos com deficiência, mas para toda a educação:

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior, pois, para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento. (p. 6)

A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência. (p. 8)

Bersch (2007), ainda enfatiza que fica evidenciada a importância desses recursos para caracterizar uma inclusão qualitativa:

Fazer TA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa fazer de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicos, exploração e produção de temas através do computador, etc. É envolver o aluno ativamente, desafiando-se a experimentar e conhecer, permitindo que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator. (p. 31)

Desta forma podemos perceber que existem inúmeros recursos de acessibilidade para as práticas pedagógicas, cada qual implementado de acordo com as especificidades do aluno que o necessita e a importância da inserção dos mesmos no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

## 2 – OBJETIVOS

Esse estudo teve por objetivo compreender de que forma a acessibilidade pedagógica vem se desenvolvendo nas práticas educacionais, de maneira que possa contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência, favorecendo o seu desenvolvimento e aprendizagem.

## **2.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Reconhecer se há práticas pedagógicas acessíveis para a inclusão dos alunos com deficiência no contexto escolar;
- Identificar que recursos são utilizados para promover práticas pedagógicas acessíveis aos alunos com deficiência;
- Compreender de que forma essas práticas têm se refletido na inclusão dos alunos com deficiência.

## **3 – METODOLOGIA**

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a construção das informações necessárias para responder aos objetivos propostos. Aqui apresentamos o contexto da pesquisa, os participantes, as estratégias e instrumentos para a construção de informações, além das estratégias utilizadas para a análise de dados. Elas serão descritas detalhadamente nos tópicos subsequentes.

### **3.1 – CONTEXTO DA PESQUISA**

O questionário foi aplicado em uma Unidade Escolar de Ensino Fundamental, em área central do Município de Barretos/ SP. As informações aqui apresentadas foram construídas por meio de análise ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar. Atualmente ela é classificada entre as unidades escolares que possuem os melhores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a escola, apresenta alunos que diferem em muitos aspectos, sejam relativos à classe econômica, social, estrutura familiar, entre outros. Também atende diferentes tipos de alunos com Deficiência (Intelectual, Surdez, Baixa Visão e Síndromes) e com Transtornos de Aprendizagem (Disgrafia, Dislexia, Discalculia, etc).

Atualmente a escola possui mais de 400 alunos e funciona na mesma unidade um projeto para o período inverso da sala regular. Neste projeto são desenvolvidas diferentes

modalidades esportivas, culturais e de lazer (Judô, teatro, xadrez, dança, entre outros), conforme consta no PPP da unidade escolar.

Segundo o PPP, o processo de inclusão de alunos com deficiência vem demonstrando evoluções constantes, desde a formação de professores especialistas, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação até avanços arquitetônicos e humanísticos capazes de complementar e suplementar as especificidades dos alunos.

O PPP aponta que a escola possui uma sala de Atendimento Educacional Especializado, que atende os alunos no contra turno da sala regular (recebendo transporte para tal fim), em dias distintos, dependendo do estudo de caso do aluno com deficiência, mas há também articulações deste professor especialista na sala regular, para observação dos recursos implementados e orientação direta com o professor da sala regular.

Além desses serviços, a unidade escolar ainda oferece aulas de apoio pedagógico, para alunos com baixo rendimento escolar e/ou transtornos de aprendizagem, oferecidos em parceria com a coordenação da escola, descrito também no PPP.

Outro aspecto interessante citado no PPP é a parceria que a escola possui com uma instituição municipal que conta com uma equipe multidisciplinar (Neurologista, Psiquiatra, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudióloga, Psicopedagoga, entre outros), capaz de atender as diferentes necessidades dos alunos, porém necessita de encaminhamento, e como a demanda é muito grande, a morosidade existe.

### **3.2 – PARTICIPANTES**

O questionário foi aplicado com 10 professoras que atuam na unidade escolar do 1º ao 5º ano. Há professoras que atualmente possuem alunos com deficiência e/ou já tiveram. Com a pesquisa foi possível identificar que muitas já lecionam a mais de 10 anos, mas o mesmo demonstrou também que poucas profissionais possuem cursos de especialização voltados para a Educação Especial/ Inclusiva. Elas serão melhor apresentadas no capítulo de resultados.

### **3.3 – ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES**

Para responder as indagações contidas neste projeto de pesquisa, que viessem de acordo com a prática, foi escolhido o instrumento "questionário", visto que tal recurso possibilitaria um enfrentamento de dados capaz de subsidiar os aspectos analisados.

Durante a construção e elaboração do questionário, levamos em conta três aspectos para estruturar as pesquisas. Inicialmente no recolhimento de dados específicos sobre os profissionais pesquisados. Subsequentes, a análise dos conhecimentos teóricos destes

professores, com referências diretamente ligadas à perspectiva inclusiva e, como fechamento, questões relacionadas às suas práticas educativas dentro do cenário inclusivo, abordando a implementação de recursos e desempenho dos mesmos na aplicabilidade.

Para tanto foi analisado também o projeto político-pedagógico (PPP) da unidade escolar, no intuito de conhecer o que se sugere àquele público escolar.

O questionário foi aplicado com professores competentes e responsáveis pela inclusão de muitos alunos, permitindo vivacidade e veracidade dos fatos aplicados nas práticas pedagógicas.

Assim foram devidamente entregues aos professores para o preenchimento, em um local tranquilo e acolhedor. A diretora orientou sobre a pesquisa e estipulou os horários em que os mesmos poderiam estar disponíveis para o preenchimento. As respostas descritas neste projeto estão transcritas na íntegra. Para a coleta foram obedecidos todos os cuidados de ordem ética. O roteiro encontra-se em anexo desta pesquisa.

### **3.4 – ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DE DADOS**

A análise dos dados foi realizada com a construção de gráficos com as respostas apresentadas nos questionários. Assim permitiu uma visualização mais expressiva e o confrontar de diferentes opiniões.

Com esta análise as categorias apresentadas foram:

- 1- Dados pessoais dos profissionais.
- 2 - Conhecimento teórico dos profissionais frente a abordagem inclusiva.
- 3 - As práticas pedagógicas aplicadas na perspectiva inclusiva e a aplicabilidade dos mesmos.

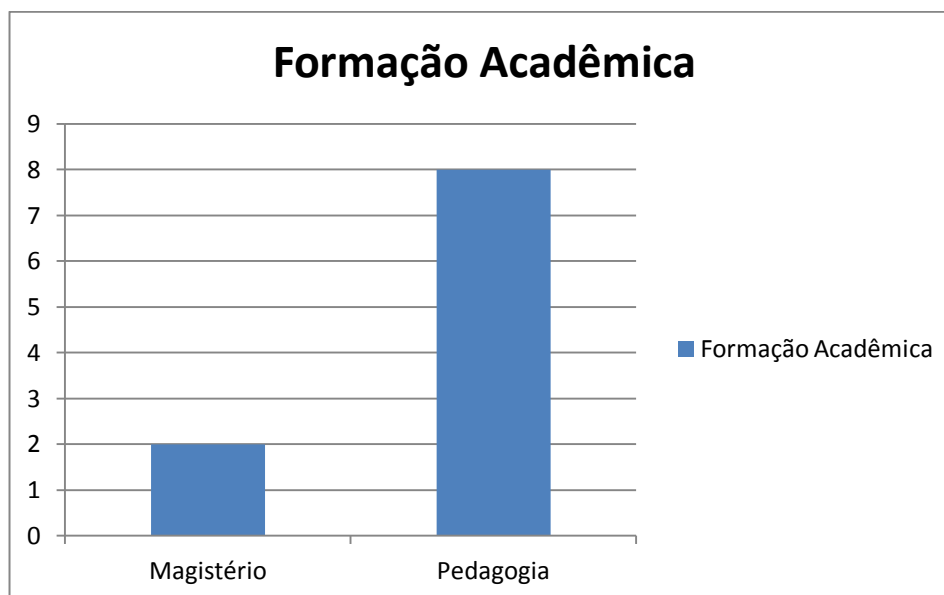
Diante da referida análise e reflexão dos dados os propósitos representados nos objetivos desta pesquisa foram alcançados.

Após a efetivação dos gráficos com os dados relevantes, foram apresentadas complementações de fundamentação teórica para clarificar e/ou confrontar os dados apresentados, refletindo mais sobre o tema em questão.

### **4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA**

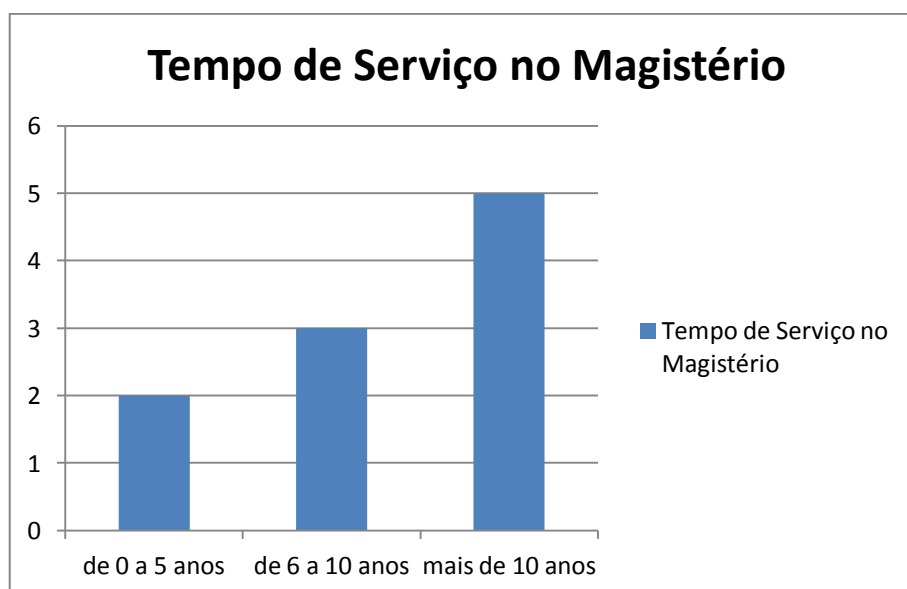
Foram criados gráficos para objetivar a análise quanto as questões discutidas na proposta. Assim, a apresentação dos resultados será reforçada por levantamentos condizentes a discussão teórica difundida na pesquisa. Contudo, também apresentaremos as respostas na íntegra para subsidiar as reflexões.

### ***1 - DADOS DO PROFESSOR:***



**Gráfico 1: Formação Acadêmica dos Professores.**

O gráfico 1 nos mostra a Formação Acadêmica dos professores da sala regular participantes da pesquisa. O gráfico nos mostra que grande parte dos professores possuem graduação no ensino superior.



**Gráfico 2: Tempo de Serviço no Magistério.**

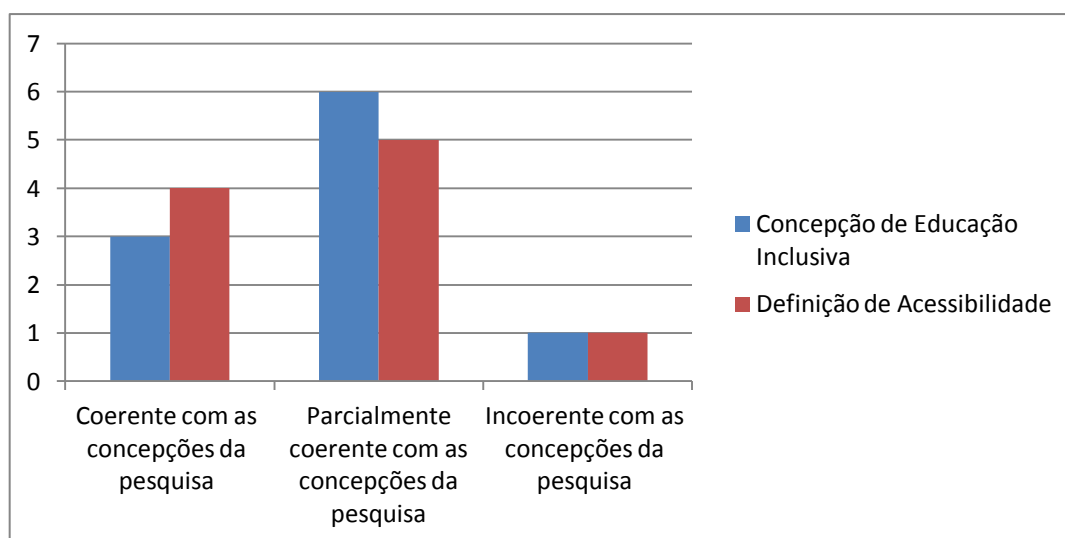
O gráfico 2, retrata o período de atuação destes profissionais nas salas regulares. Assim podemos observar que muitos professores possuem vasta experiência ao lecionar, sobrando uma pequena parcela para aqueles que iniciaram suas experiências a menos de 5 anos.



**Gráfico 3: Especialização em Educação Especial/Inclusiva.**

O gráfico 3, transparece a formação específica em Educação Inclusiva. Podemos notar que muitos profissionais não possuem especialização voltada para a área e muitos possuem apenas complementação pedagógica relacionada ao tema.

## **2 - CONHECIMENTOS TEÓRICOS:**



**Gráfico 4: Concepção de Educação Inclusiva e Definição de Acessibilidade.**

O gráfico 4, refere-se à conceituação de Educação Inclusiva e a Definição de Acessibilidade. A análise da coerência estipulada aqui, se deu, embasada na fundamentação teórica da pesquisa. Assim observamos que muitos professores possuem uma concepção



parcialmente coerente com o nosso estudo sobre a Educação Inclusiva e Acessibilidade, ausentando subsídios fundamentais para a sua implementação. Segue o quadro com as respostas na íntegra:

<b>Explique em poucas palavras sua concepção de Educação Inclusiva:</b>
Prof. 1 – Educação Inclusiva para mim é aquela que inclui todos os alunos sem distinção.
Prof. 2 – É o tipo de educação que permite que os deficientes estudem na mesma sala que os alunos que não possuem deficiência.
Prof. 3 – Eu acredito que educação inclusiva seja aquela que oferece os recursos necessários para o aluno com necessidades educacionais especiais.
Prof. 4 – A Educação Inclusiva é aquela que permite a socialização do aluno com deficiência na escola.
Prof. 5 – É um direito que todos os alunos tem, de frequentar a mesma escola incluídos nas mesmas atividades que os demais.
Prof. 6 – É a inserção dos portadores de deficiência no contexto escolar.
Prof. 7 – Para mim, a educação inclusiva diz respeito a atender alunos com necessidades especiais em parceria com os outros alunos ditos "normais".
Prof. 8 – Inclusão escolar nada mais é do que oferecer a escola para todos os alunos.
Prof. 9 – Educação Inclusiva é incluir todos os educandos oferecendo lhes todas as condições necessárias para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades.
Prof. 10 – Educação Inclusiva é o desenvolvimento significativo do aluno com ou sem deficiência, permitindo o seu desenvolvimento social e intelectual.

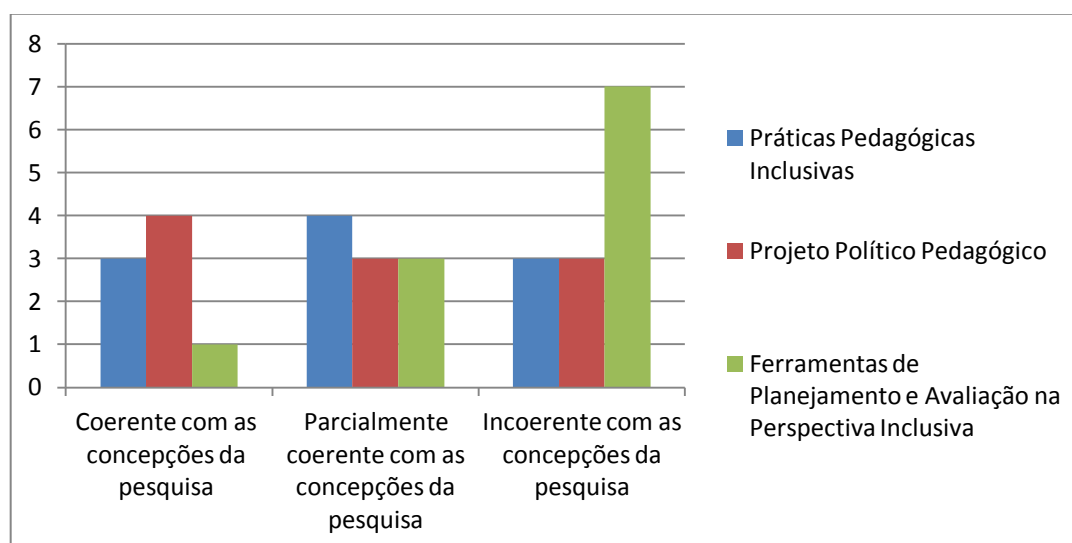
<b>Defina Acessibilidade:</b>
Prof. 1 – Acessibilidade é a diminuição das desigualdades e dificuldades.
Prof. 2 – É perceber a necessidade do outro e permitir o acesso a todos.
Prof. 3 – Para mim acessibilidade pode ser definida como o instrumento capaz de permitir ao aluno com deficiência a possibilidade de opinar sobre sua participação plena ou não.
Prof. 4 – A própria palavra já define, é tornar acessível as pessoas, principalmente o seu direito de ir e vir.
Prof. 5 – A acessibilidade é o que está presente na construção de prédios com rampas e adaptações para deficientes.

Prof. 6 – Ser acessível é dar condição de acesso aos portadores de deficiência.
Prof. 7 – Acredito que seja a eliminação de barreiras que impeça a realização.
Prof. 8 – Diz respeito a contemplar mudanças para a promoção do acesso.
Prof. 9 – Acessibilidade é possibilitar ações e implementar estratégias capazes de tornar acessível o que se propõe à todas as pessoas, com ou sem deficiência.
Prof. 10 – Quando penso em acessibilidade, penso em tornar viável a execução, locomoção ou comunicação de qualquer indivíduo.

Até o momento já identificamos um aspecto que pode acarretar em dificuldades na implementação da Inclusão Qualitativa, pois ao desconhecer essa concepção de Acessibilidade Pedagógica nas Práticas Educativas, ela poderá estar descaracterizada. Como pudemos ver, quando questionadas sobre inclusão e acessibilidade elas se restringem apenas a aspectos arquitetônicos e de espaço, decorrentes a alunos com deficiência. No entanto, vimos no estudo que incluir e tornar acessível abrange outras esferas. Mantoan (2006) define que:

As distorções conceituais não são poucas também e constituem barreiras ao entendimento do que a inclusão representa, no sentido de uma resignificação do ensino, da aprendizagem, da formação de professores, dos processos avaliativos, do mérito escolar, das promoções, das categorizações e seriações acadêmicas, dos currículos... Portanto, há muito a fazer, no sentido de que a inclusão escolar possa ser entendida e posta em ação, nos sistemas de ensino público, governamental e privado. O tempo passa e não podemos continuar perpetuando as injustiças cometidas pela educação formal, ao definir o aluno ideal e ao discriminar os demais, por não se encaixarem nesse modelo. (p. 4)

Desta forma daremos continuidade e apresentaremos a análise de outras questões relevantes:



**Gráfico 5: Práticas Pedagógicas Inclusivas, Projeto Político Pedagógico e Ferramentas**

### de Planejamento e Avaliação na Perspectiva Inclusiva.

O gráfico 5, demonstra o resultado das respostas referentes às Práticas Pedagógicas Inclusivas, o Projeto Político Pedagógico e as Ferramentas de Planejamento e Avaliação na Perspectiva Inclusiva. É explícito que os professores apresentam insegurança ao distinguir as ferramentas e práticas pedagógicas inclusivas, mesmo diante do acesso do Projeto Político Pedagógico, pois a prática da perspectiva inclusiva não está clara aos mesmos. Sobre esse assunto Mantoan enfatiza que:

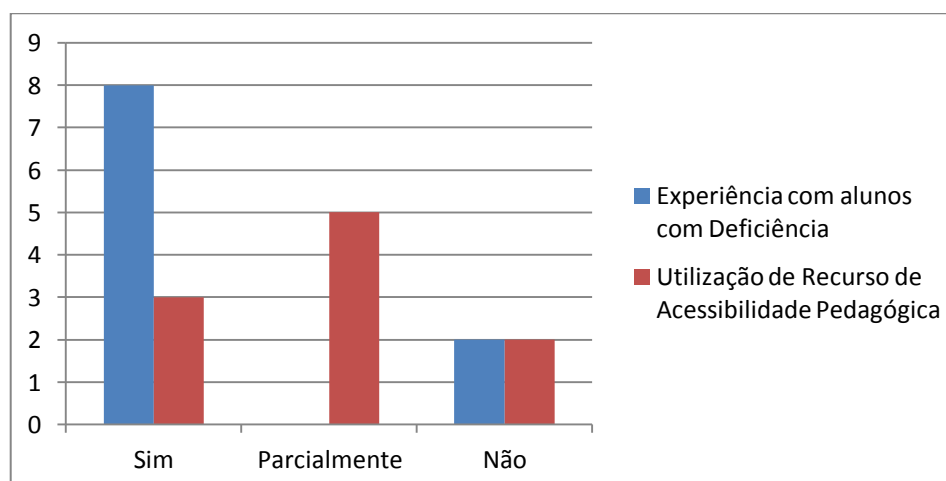
Os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino e de aprendizagem, isto é, especializarem-se no "o que", no "como" e no "para que" se ensina e se aprende. Ao nosso ver e inspirados nos projetos que visam uma educação de qualidade para todos, o tratamento das questões relativas ao ensino de pessoas com deficiência na formação geral dos educadores eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola regular e esses alunos. Em resumo, a formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre a educação especial e a regular nos sistemas escolares. (p. 93)

Apresentação dos quadros com as respostas na íntegra:

<b>O que seria para você práticas pedagógicas inclusivas?</b>
Prof. 1 – É a organização dos conteúdos para encaixar nas necessidades do aluno.
Prof. 2 – São ações que o professor faz para incluir o aluno com deficiência e fazê-lo sentir como os demais.
Prof. 3 – As práticas do professor em sala de aula na busca por promover o processo de ensino aprendizagem.
Prof. 4 – Elaborar e aplicar propostas didáticas que atendam as necessidade especiais da turma.
Prof. 5 – Permitir um ambiente em que todos possam aprender.
Prof. 6 – Atividades diferenciadas de acordo com a capacidade do aluno.
Prof. 7 – Práticas escolares que auxiliam os alunos com deficiência a se desenvolverem no contexto escolar.
Prof. 8 – Seria o aluno frequentar a sala regular e o AEE no outro período.
Prof. 9 – O professor sendo o mediador do processo, desenvolvendo didáticas apropriadas para a inserção e participação plena de todos os alunos.
Prof. 10 – Práticas Pedagógicas Inclusivas são aquelas capazes de desenvolver as habilidades e competências de todos os alunos.

<b>Você conhece o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar que atua? Se a resposta for afirmativa cite uma ferramenta de planejamento e avaliação referente ao processo de inclusão.</b>
Prof. 1 – Sim. Como ferramenta de planejamento posso citar o respeito ao tempo de aprendizagem do aluno e as avaliações em parceria com o AEE.
Prof. 2 – Parcialmente. Foi elaborado no começo do ano, assim não me lembro de todos os tópicos.
Prof. 3 – Depende, discutimos em HTPC seus tópicos mas não tenho acesso ao conteúdo final.
Prof. 4 – Sim. Mas acredito que a avaliação e o planejamento deva ser igual a todos os alunos, ou então estaríamos excluindo.
Prof. 5 – Não. Quando a sala foi atribuída, a escola já tinha elaborado o PPP.
Prof. 6 – Não, desconheço.
Prof. 7 – Sim. No PPP consta regulamentações específicas do AEE e estipula ações de avaliação e planejamento em parceria com o ensino regular.
Prof. 8 – Para ser sincera não.
Prof. 9 – Um pouco. O planejamento é realizado em conjunto e a avaliação das crianças com deficiência passa sempre pelo conselho da escola.
Prof. 10 – Sim. Participei da elaboração. Aos alunos de inclusão são analisados em caráter avaliatório o portfólio do aluno e o planejamento é definido em conjunto com a professora especialista.

### 3 - PRÁTICAS EDUCATIVAS:



### **Gráfico 6: Experiência com alunos com deficiência e Utilização de Recursos de Acessibilidade Pedagógica.**

O gráfico 6, refere-se a experiência do professor com aluno com deficiência e a utilização dos Recursos de Acessibilidade Pedagógica. Nota-se grande abrangência de professores que atuaram ou atuam com alunos com deficiência, justificando assim a necessidade urgente de continuarmos aprimorando nossos conhecimentos e práticas para que esta inclusão seja qualitativa.

Também observa-se, na descrição na íntegra abaixo, que a maioria dos relatos atribuem a experiência em lecionar para alunos com deficiência como satisfatório e ou parcialmente satisfatórios, transparecendo que a inclusão é capaz de trazer aspectos positivos para todos os envolvidos no processo, sendo assim um grande avanço para a inserção da perspectiva inclusiva.

Mantoan (2009), aborda dois aspectos que merecem destaque nesse núcleo de significação:

Ensinar é, de fato, uma tarefa complexa e exige dos professores conhecimentos novos que muitas vezes contradizem o que lhes foi ensinado e o que utilizam em sala de aula. (p.79)

O pavor de errar impede alunos e professores de contemplar as diferenças e de reconhecer o valor e a riqueza que elas aportam ao desenvolvimento dos processos educativos, dentro e fora das escolas. (p. 84)

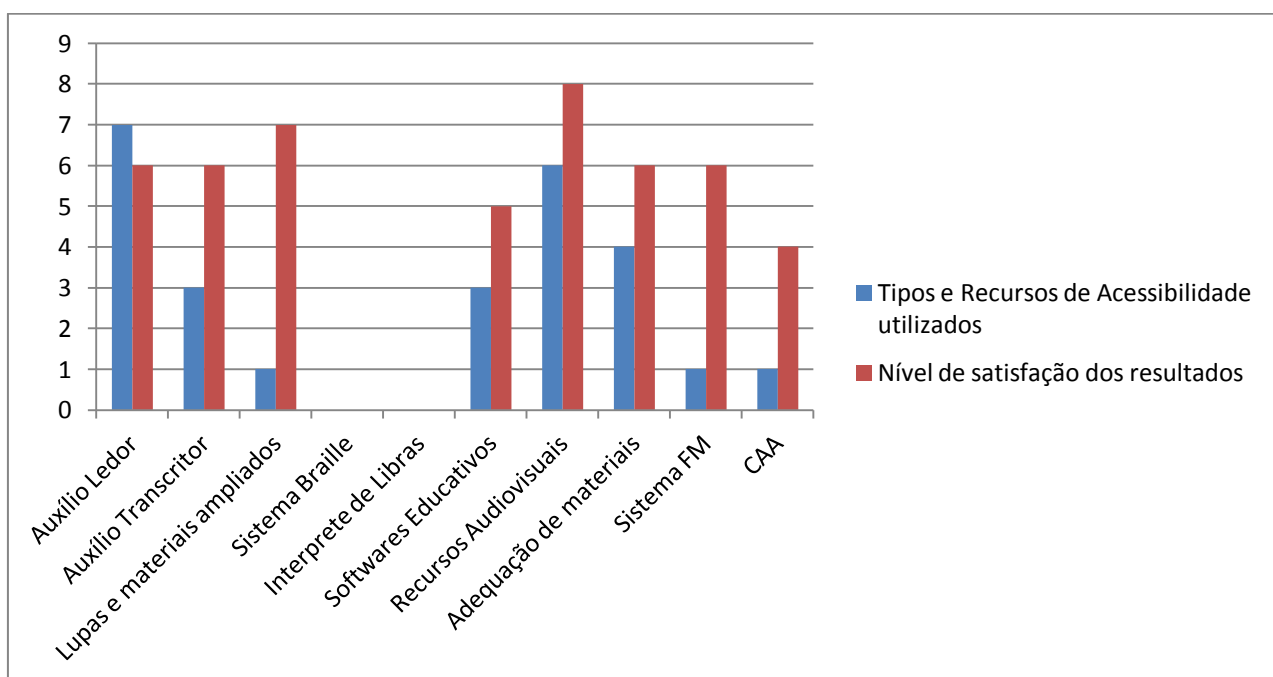
Seguem alguns dos relatos referentes as experiências com alunos com deficiência na íntegra.

<b>Relate um pouco sobre suas experiências com alunos com deficiência.</b>
Prof. 1 – Acredito que todos possuem restrições e medo do novo. O processo de inclusão para mim ainda é assim, algo novo que requer superação.
Prof. 2 – A prática e o domínio de sala de aula nos permite desvencilhar as dificuldades existentes no processo de ensino aprendizagem, o que, com a inclusão não é diferente.
Prof. 3 – Tenho boas experiências com os processos de inclusão dos meus alunos, principalmente por poder contar com a parceria de outros profissionais e da família mais presente.
Prof. 4 – Possuo boas experiências. Mas ainda não sinto me segura como com os demais alunos.
Prof. 5 – Eu confesso que tenho muito receio, principalmente por não saber adequar as atividades à esses alunos.

Prof. 6 – Não possui uma experiência satisfatória com a inclusão. Acredito que a escola ainda não está preparada para receber esses alunos.
Prof. 7 – Apesar de sentir-me angustiada no início, a inclusão me mostrou novos caminhos e possibilidades.
Prof. 8 – Aprendi muito com meu aluno e acredito que com a inclusão aceitamos melhor as diferenças, permitindo reflexões sobre a nossa prática.
Prof. 9 – Minha experiência com a inclusão iniciou de maneira ruim, devido o meu despreparo, porém com a busca de novos cursos e formações pude ver meu aluno alcançar avanços nunca antes imaginados por mim.
Prof. 10 – Lecionar para alunos com deficiência inseridos na sala regular é um tanto quanto desafiador. Ainda temos muitas barreiras para ultrapassar e a busca é constante.

Quanto a utilização de Recursos de Acessibilidade Pedagógica, observamos que são utilizados às vezes, o que deixa de promover plenitude o processo. É preciso implementar essas ações de maneira contínua, conforme ressalta a fundamentação teórica da pesquisa.

Porém, é preciso ir além, compreender se os profissionais envolvidos reconhecem esses recursos e sua aplicabilidade, se há orientação quanto o tipo mais adequado para cada aluno. Observe o gráfico e o quadro a seguir que demonstram esses tópicos:



**Gráfico 7: Demonstra os tipos de recursos utilizados pelas profissionais e o nível de**

### **satisfação na aplicabilidade desses recursos.**

O gráfico 7 permite a visualização que muitos dos recursos já são aplicados na sala regular, de acordo com as especificidades dos alunos. E, em grande parte, os professores reconhecem satisfatoriamente o uso desses recursos. Será que tais resultados poderiam ser ainda mais expressivos os profissionais recebessem orientações durante todo o processo? Na busca por informações mais contundentes analisamos as respostas a seguir:

<b>Onde obteve (ou acredita que obteria) acesso e orientações à esses recursos?</b>
Prof. 1 – Obtive orientação com o professor do AEE.
Prof. 2 – Não leciono para alunos com deficiência no momento, mas acredito que a escola auxiliaria na obtenção destes recursos.
Prof. 3 – Busquei orientações na internet, assim como com a troca de experiências do professor do ano anterior.
Prof. 4 – No atendimento educacional especializado.
Prof. 5 – Acredito que essas orientações devem ser passadas pelo AEE,
Prof. 6 – Não obtive nenhuma informação, apenas recebi o aluno em minha sala.
Prof. 7 – Realizei o auxílio leior à pedido da coordenação e da professora especialista.
Prof. 8 – Com os profissionais responsáveis pela inclusão dos alunos e com relatos da família.
Prof. 9 – Recebi orientação da Fonoaudióloga da aluna, em reunião com a professora especialista, a professora da sala regular e a coordenação.
Prof. 10 – Já realizei cursos que tratavam sobre o assunto e a coordenação da escola, juntamente com a professora do AEE, demonstraram sua implementação.

Como vimos, há maior respaldo e compreensão da melhor prática a ser utilizada para a promoção da acessibilidade quando há interlocuções entre os profissionais envolvidos, bem como com a família e o contexto social que a criança está inserida. A troca de experiências e o pensar juntos poderão promover mudanças significativas no processo de aprendizagem desses alunos.

Encerramos a análise dos dados e a obtenção dos resultados pautados na conclusão mais uma vez explícita por Mantoan (2009), quando reforça que:

A formação continuada desses profissionais é antes de tudo uma autoformação, pois acontece no interior das escolas e a partir do que eles estão buscando para aprimorar suas práticas. Estudam e trocam experiências de trabalho e vão atualizando seus conhecimentos, dirimindo dúvidas, esclarecendo situações e, cooperativa e coletivamente, delineando teorias próprias para explicar o modo como ensinam e as crianças aprendem. (p. 92)

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi refletir sobre uma inclusão qualitativa através de acessibilidade pedagógica nas práticas educativas e dentro deste aspecto foram levantados alguns questionamentos investigativos: saber se há realmente a necessidade de ações que promovam a acessibilidade pedagógica nas práticas educacionais; quais as formas de acessibilidade nas práticas educacionais que ultrapassam aspectos arquitetônicos; quais os recursos capazes de promover a acessibilidade nas práticas pedagógicas; se há resultados na aplicabilidade desses recursos.

Para responder essas indagações, foi necessário investigar concomitantemente outros aspectos como: quais são as necessidades dos profissionais na perspectiva inclusiva; como ocorre o processo de inclusão dos alunos com deficiência na prática; como está sendo a receptividade e a relação do professor com os alunos com deficiência; que conhecimentos esses professores possuem sobre a educação inclusiva; suas práticas pedagógicas e atitudes são verdadeiramente inclusivas.

Diante da investigação proposta podemos concluir que os professores necessitam de maiores informações sobre a aplicabilidade de recursos acessíveis para que suas práticas pedagógicas sejam verdadeiramente conscientes, bem como formações continuadas que permitam a conceituação adequada da perspectiva inclusiva. Pois, para que haja inclusão qualitativa, é imprescindível a abordagem desses aspectos, como pontua Mantoan (2009):

O sucesso das propostas de inclusão decorre da adequação do processo escolar à diversidade dos alunos e quando a escola assume que as dificuldades experimentadas por alguns alunos são resultantes, entre outros, do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Ensinar é, de fato, uma tarefa complexa e exige dos professores conhecimentos novos que muitas vezes contradizem o que lhes foi ensinado e o que utilizam em sala de aula. O processo escolar que garantem a inserção de todos os alunos à escola regular, mas que é necessário um esforço efetivo e coletivo, visando transformar as escolas e aprimorar a formação dos professores para trabalhar com as diferenças nas suas salas de aula. (p. 79)

A análise permitiu constatar também que os alunos com deficiência estão sendo bem acolhidos no contexto inclusivo, mas a ausência ou inconstância na utilização de recursos que promovem a acessibilidade dos mesmos interferem significativamente na obtenção de uma



inclusão qualitativa, onde os alunos com deficiência participem efetivamente de seus processos de aprendizagem.

Faz-se necessário então, intensificar a interlocução entre especialistas e professores da sala regular, para um planejamento educativo inclusivo com acessibilidade pedagógica nas práticas educativas.

Mais que isso, é necessário envolver toda a escola, pois a troca de experiências subsidiará futuras ações, visto que não caberá apenas ao professor especialista a resolução de dúvidas e inseguranças dos professores, mas toda uma equipe alicerçada em parâmetros verdadeiramente inclusivos. Assim teremos um Projeto Político Pedagógico vivo e inerente a realidade da unidade escolar.

Para finalizar ressaltamos que, de nada adiantará a oferta dos recursos de acessibilidade, sem que o mediador do processo seja consciente da implementação do mesmo. Para enfrentarmos os desafios e barreiras nos processos de aprendizagem dos nossos alunos necessitamos compreender que cada qual possui suas especificidades e que deverão ser atuantes no processo a interlocução com todos os profissionais e principalmente o próprio aluno, que norteará as ações desta perspectiva inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino. Brasília, DF: 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ser ou estar, eis a questão. Compreendendo o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA Editores, 1997.

ALVES, Denise de O. Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2006.

MORAES, Maria Cândida. Educar na biologia do amor e da solidariedade. Petrópolis: Vozes, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. Todas as crianças são bem-vindas à escola. Campinas, SP, LEPED/FE/UNICAMP.

MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. 9a. ed. Campinas: Papirus, 2003.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: Editora 34, 1999

Site Inclusão já. Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/category/publicacoes/>>. Acesso em 20/02/2015.

BERSCH, Rita. Recursos para a Educação Inclusiva. Inclusão. Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Múltipla. in: Revista Nova Escola, agosto, 2007.

MENEZES, Ebenezzer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Necessidades educacionais especiais" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=67>>. Acesso em 16/10/2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário

#### *Modelo do Questionário utilizado na pesquisa de dados*



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

#### *Orientações*

Este questionário destina-se a uma pesquisa de cunho acadêmico, cujo tema é Inclusão Qualitativa Através de Acessibilidade Pedagógica nas Práticas Educativas. Assim objetiva-se a busca por diversidade de opiniões, sentimentos, crenças, entre outros aspectos, manifestados por um determinado grupo de pessoas atuantes no contexto escolar. Esta coleta de dados será um instrumento que embasará a natureza do fenômeno em estudo, portanto, responda verdadeiramente as questões dispostas.

Obs: É assegurada a neutralidade de dados pessoais mediante a pesquisa científica.

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

#### *Questionário*

##### *1 - Dados do professor:*

Nome: \_\_\_\_\_

Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

Tempo de Serviço no Magistério: \_\_\_\_\_

Possui Especialização em Educação Especial/Inclusiva: \_\_\_\_\_

##### *2 - Conhecimentos Teóricos:*

Explique em poucas palavras sua concepção de educação inclusiva:

---



---



---

Defina acessibilidade:

---

---

---

O que seria para você práticas pedagógicas inclusivas?

---

---

---

Você conhece o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar que atua? Se a resposta for afirmativa cite uma ferramenta de planejamento e avaliação referente ao processo de inclusão.

### **3 - Práticas Educativas**

Já lecionou ou leciona atualmente para alunos com deficiência?

Relate um pouco sobre suas experiências com alunos com deficiência.

Já utilizou algum recurso de acessibilidade pedagógica em suas práticas educativas? Quais?

Caso tenha utilizado algum recurso, transcreva os resultados obtidos na implantação do mesmo.

Onde obteve (ou acredita que obteria) acesso e orientações à esses recursos?